



MAIORIA ESMAGADORA TEVE AUMENTO REAL

 *O cenário positivo é mais um indicativo claro de que o sistema financeiro, disparadamente o setor mais lucrativo da economia brasileira, pode tranquilamente seguir a tendência e conceder o aumento real de 5% reivindicado pelos bancários.*

ESTATÍSTICAS do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revelam a continuidade do comportamento observado desde dezembro de 2023, de reajustes acima da inflação em cerca de 85% das negociações em campanhas salariais das mais diversas categorias.

O cenário positivo é mais um indicativo claro de que o sistema financeiro, disparadamente o setor mais lucrativo da economia brasileira, pode tranquilamente seguir a tendência e conceder o aumento real de 5% reivindicado pelos bancários. Observadas as negociações das categorias com data-base em julho, com registros no Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego, até 12 de agosto 85,3% dos reajustes salariais tiveram ganhos reais, na comparação com o INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os bancários, cuja data-base é 1º de setembro, reivindicam reajuste salarial que corresponda à reposição pelo INPC acumulado entre setembro de 2023 e agosto de 2024, mais aumento real de 5%. Também querem melhorias nos percentuais da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e demais verbas, o que inclui tíquetes alimentação e refeição, auxílio creche e auxílio babá.

DEMOCRACIA COMBATE A EXTREMA POBREZA

A extrema pobreza caiu 40% no país em 2023, reflexo direto de um governo progressista eleito em 2022 e comprometido com o bem-estar da sociedade. A redução, apontada pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades, mostra os impactos de ações focadas na inclusão e justiça sociais.

A extrema pobreza caiu 40% no país em 2023, reflexo direto de um governo progressista eleito em 2022 e comprometido com o bem-estar da sociedade. A redução, apontada pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades, mostra os impactos de ações focadas na inclusão e justiça sociais.

Destaque para a região Nordeste, que reduziu a extrema pobreza de 4,7% em 2022 para



FOTO DIVULGAÇÃO

2,7% em 2023, além da significativa melhoria entre mulheres negras, que viram as condições de vida melhorarem com queda de 45,2% no índice. Não é apenas um dado estatístico, mas um passo preponderante na construção de uma democracia social sólida.

Ao garantir condições dignas de vida, o governo cria um ambiente mais justo e igualitário, no qual todos têm a oportunidade de participar ativamente da sociedade. Isto reforça a importância de políticas públicas que colocam a população no centro das atenções e decisões.

Ambiente de trabalho tóxico é realidade

Nem sempre o ambiente de trabalho proporciona bons momentos. Muitas vezes profissional é desvalorizado e exposto ao constrangimento por alguma fala que o líder ou colega expressa constantemente. Em alguns casos, são bullying corporativo e outros, assédio moral.

Apesar de terem semelhanças, como a natureza repetitiva e o impacto negativo sobre a vítima, as práticas apresentam diferenças significativas em termo de dinâmica, relação de poder e possíveis motivações discriminatórias.

Para deixar claro, o bullying se caracteriza por comportamentos persistentes e sistemáticos de intimidação, humilhação, ofensa ou exclusão. A



intenção é prejudicar ou amedrontar. Tipo de violência que pode se expressar através de agressões verbais, manipulação psicológica e até mesmo violência física. E não tem, necessariamente, conotação sexual ou discriminatória e não há hierarquia, quer dizer, pode ocorrer entre colegas de mesmo nível.

Já o assédio moral está

atrelado a relação de assimetria de poder. Se caracteriza por condutas abusivas, gestos, palavras ou comportamentos repetitivos contra a dignidade ou integridade psíquica de um funcionário. Assim, torna o ambiente de trabalho hostil. A prática é feita, na maioria dos casos, por superiores hierárquicos que usam da posição de autoridade para humilhar e constranger.

Gás acessível é sobre justiça social



FOTO DIVULGAÇÃO

O auxílio gás é fundamental para promover a justiça social e melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda. Mais de 20 milhões de famílias podem ser atendidas, caso o Projeto de Lei encaminhado ao Congresso, pelo presidente Lula, seja aprovado. Atualmente, o programa atende 5,6 milhões de famílias.

A expansão é vital para garantir que um número maior de brasileiros tenha direito a um recurso fundamental e frequentemente inacessível. É uma maneira de enfrentar a desigualdade no acesso ao gás, que pode custar até R\$ 140,00.

Além de melhorar a qualidade de vida, o auxílio gás reduz os riscos associados ao uso de alternativas menos seguras, como a lenha. A medida foca em comunidades vulneráveis, como quilombolas e ribeirinhos, oferecendo uma solução para a desigualdade social e promovendo maior dignidade e segurança para as famílias.